



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Disciplina: Instituições de Direito Público e Privado - Código: FDD0004

Docente: Rafael da Escóssia Lima

Discentes: Augusto Cesar Viana 241001450

Elizabethete Sousa da Silva 241020170

João Guilherme da Rocha Garcia 241001488

Natalie Vitória de Sousa Espínola 241001521

Yasmim Meirelles Peronico 241001540

A Relação entre o aborto e a Necropolítica

A necropolítica e o aborto

A necropolítica, conceito desenvolvido por Achille Mbembe, refere-se à forma como o poder político determina quem pode viver e quem deve morrer, influenciando a gestão dos corpos humanos e definindo quem é considerado descartável ou matável em determinados contextos.

No contexto do aborto, a discussão sobre necropolítica surge ao analisar como políticas restritivas ou permissivas, em relação à interrupção da gravidez, impactam a vida e a saúde das mulheres. Argumentos favoráveis à legalização do aborto frequentemente enfatizam a necessidade de garantir o direito das mulheres à autonomia sobre seus corpos e à saúde reprodutiva, visando a redução de procedimentos clandestinos e inseguros que colocam em risco a vida das mulheres, principalmente as que estão em situação de vulnerabilidade.

Por outro lado, defensores de restrições ao aborto, muitas vezes fundamentam suas posições em argumentos éticos, religiosos ou pró-vida, defendendo a proteção do feto como um ser humano em desenvolvimento desde a sua concepção (Lei do Nascituro - Congresso Nacional do Brasil desde 2007).

Portanto, a relação entre necropolítica e aborto é complexa e multifacetada, envolvendo questões de direitos humanos, saúde pública, ética e moralidade. É importante considerar diferentes perspectivas e contextos culturais ao abordar esse tema sensível, buscando compreender as diversas visões presentes no debate sem tomar partido.

A necropolítica sobre gestação e maternidade: o posicionamento ético político do(a) Psicólogo(a) no Sistema Único de Saúde (SUS)

A necropolítica aplicada à gestão e maternidade envolve a análise de como as políticas e práticas de saúde pública podem influenciar a vida e a morte das mulheres durante o período gestacional e no puerpério. Nesse contexto, é essencial considerar como as decisões políticas, os recursos disponíveis e as abordagens de cuidado impactam diretamente a saúde e o bem-estar das gestantes e das mães.

O posicionamento ético-político do psicólogo no Sistema Único de Saúde (SUS) em relação à necropolítica sobre gestão e maternidade é fundamental para promover uma atuação pautada na defesa dos direitos humanos, na promoção da saúde mental e no cuidado integral das mulheres em processo de gestação e pós-parto. O psicólogo deve estar atento às desigualdades sociais, de gênero e raciais que permeiam o acesso aos serviços de saúde materna, buscando uma prática sensível, inclusiva e não discriminatória.

É papel do psicólogo no SUS contribuir para a humanização do cuidado, respeitando a autonomia das mulheres, acolhendo suas demandas emocionais e promovendo um ambiente seguro e acolhedor durante o processo gestacional e no período pós-parto. Além disso, é importante que o psicólogo esteja engajado em ações que visem combater a necropolítica institucional, lutando por políticas públicas que garantam o direito à vida, à saúde e ao bem-estar das mulheres em todas as fases da maternidade.

O artigo traz uma discussão sobre como as políticas e práticas de saúde pública podem influenciar a vida e a morte das mulheres durante o período gestacional e no puerpério, destacando a importância de considerar as desigualdades sociais, de gênero e raciais presentes nesse contexto. O artigo ressalta a necessidade de uma atuação sensível, inclusiva e não discriminatória por parte dos profissionais de psicologia que atuam na área da saúde materna.

Se faz necessário indagar que, as mulheres são permeadas por um sistema machista, classista e que é operado sob a ótica da “moral cristã”, sendo assim, torna-se quase inviabilizado o ato do aborto, pois além disso, após o nascimento, as mulheres são inseridas em um contexto de maternar, ou seja, um “ideal materno” que não abrange grande parte das mulheres.

Além disso, o texto enfatiza o papel do psicólogo no SUS na promoção da humanização e do cuidado, no que diz respeito à autonomia das mulheres e na defesa dos direitos humanos, durante o processo gestacional e no período pós-parto. E destaca a importância do engajamento em ações que visem combater a necropolítica institucional (refere-se à aplicação dos princípios da necropolítica em instituições, resultando em políticas e práticas que vulnerabilizam, marginalizam e até mesmo contribuem para a morte de certos grupos sociais).

Tais ações podem ser observadas em contextos governamentais, de saúde, educacionais, entre outros, onde ações discriminatórias, negligência e a falta de acesso a serviços essenciais, impactam diretamente na vida e na saúde das pessoas. O combate a essas práticas é essencial para promover uma sociedade mais justa e igualitária, buscando garantir o direito à vida, à saúde e ao bem-estar das mulheres em todas as etapas da maternidade.

É necessário salientar que, o artigo aborda a influência que a sociedade patriarcal possui nas decisões sobre toda e qualquer ação sobre o agir da mulher, desde a concepção até o pós-nascimento. E, dentro de um conceito de vulnerabilidade, infere-se que o papel da mulher se encontra no cuidado do lar e dos filhos, porém, as mulheres negras, em sua maioria cuidam dos filhos das mulheres brancas para que essas possam gozar de pleno descanso da maternidade, enquanto as mulheres negras, cuja grande parte é mãe solo, necessita prover o cuidado com outras crianças que não as suas, para o seu sustento.

O artigo contribui para a reflexão sobre as práticas de gestão em saúde materna sob a perspectiva da necropolítica (analisa as dinâmicas de poder em níveis locais e cotidianos, focando em interações e estratégias que influenciam relações interpessoais em organizações ou grupo) e, para a discussão do posicionamento ético-político dos psicólogos que atuam no SUS, promovendo uma abordagem crítica e comprometida com a defesa dos direitos e da dignidade das mulheres gestantes e puérperas.

Documentário: À margem do corpo (DINIZ, 2006)

O relato desses eventos é perturbador e levanta questões profundas sobre a violência, a marginalização social, a saúde mental e as questões éticas que permeiam situações tão complexas como a vivenciada por Deuseli.

A história de Deuseli, marcada por uma série de tragédias e eventos traumáticos, evidencia as falhas e lacunas no sistema de proteção e assistência a vítimas de violência sexual e de falhas no cuidado da saúde mental. A falta de permissão para realizar um aborto após o estupro, o sofrimento psicológico decorrente do trauma da violência sexual e a falta do apoio adequado podem ter contribuído para desencadear uma série de eventos trágicos na vida dela.

O documentário explora não apenas os eventos em si, mas também as interpretações e reações da sociedade diante do caso de Deuseli, incluindo visões religiosas e médicas que tentam dar sentido aos acontecimentos. A narrativa aborda temas sensíveis, como o estigma, a culpabilização da vítima e as respostas institucionais diante de situações de extrema vulnerabilidade.

Essas questões levantadas pelo documentário são profundas e provocativas, levando à reflexão sobre as condições sociais, culturais e institucionais que influenciaram a trajetória de Deuseli e as consequências trágicas que se desdobraram em sua vida.

À margem do corpo e a necropolítica:

O caso de Deuseli, que envolveu a complicação do aborto, por parte da equipe médica, após estupro, pode ser relacionado ao conceito de necropolítica, cunhado pelo filósofo Achille Mbembe. A necropolítica refere-se ao uso do poder estatal para determinar quem pode viver e quem deve morrer, exercendo controle sobre a vida e a morte das populações.

No caso de Deuseli, o indeferimento do direito ao aborto após o estupro pode ser interpretada como uma forma de necropolítica em que, a vida e o bem-estar da vítima são colocados em segundo plano em prol de uma agenda política, moral ou religiosa. Ao privar Deuseli do direito de decidir sobre seu próprio corpo e sua saúde reprodutiva, as instituições envolvidas na proibição do aborto exerceram um tipo de poder que impactou diretamente a vida e o destino dela.

A necropolítica também se manifesta na falta de proteção e apoio adequados às vítimas de violência sexual, contribuindo para a perpetuação do sofrimento e da vulnerabilidade dessas pessoas. A ausência de políticas eficazes para lidar com casos como o de Deuseli evidencia como certas vidas são consideradas descartáveis ou menos dignas de proteção, reforçando assim dinâmicas de poder desiguais e injustas.

Portanto, ao relacionar o caso de Deuseli com o conceito de necropolítica, podemos perceber como a negação do aborto após estupro não apenas afetou diretamente a vida e a autonomia da vítima, mas também revelou as formas pelas quais o Estado e outras instituições podem exercer controle sobre corpos marginalizados e perpetuar injustiças estruturais que impactam profundamente a vida das pessoas.

A visão da igreja diante do caso da Deuseli:

A abordagem da Igreja em relação ao caso de Deuseli, provavelmente foi pautada de acordo com os dogmas cristãos, sendo eles de cunho moral e de doutrinação.

No caso específico de Deuseli, a Igreja provavelmente condenaria o estupro como um ato gravemente pecaminoso, violador da dignidade humana e contrário aos princípios éticos cristãos. A vítima, no entanto, seria vista com compaixão e solidariedade diante do sofrimento experimentado, sendo encorajada a buscar apoio espiritual e emocional para lidar com as consequências traumáticas do crime.

Em relação ao aborto, a posição oficial da Igreja é contrária a qualquer forma de interrupção da gravidez, mesmo nos casos de estupro. Nesse sentido, a instituição religiosa poderia oferecer apoio à vítima para que ela leve adiante a gestação, buscando alternativas como a adoção ou programas de assistência para mães em situações vulneráveis.

Mas é importante ressaltar que, apesar da posição firme da Igreja em relação ao aborto, também existem correntes dentro da própria instituição que defendem uma abordagem mais compassiva e flexível em casos extremos como estupro.

Portanto, é possível que haja espaço para diálogo e acompanhamento pastoral individualizado, como no caso de Deuseli, levando em consideração o contexto complexo e delicado no qual a vítima se encontra.

Sendo assim, a Igreja buscaria oferecer suporte espiritual e moral à Deuseli, ao mesmo tempo em que reafirmaria sua posição contrária ao aborto, buscando orientar a vítima dentro dos preceitos éticos e morais da doutrina cristã.

A Igreja enfatiza a proteção da vida desde a concepção, considerando o aborto como um ato moralmente condenável, independentemente das circunstâncias da concepção.

Nesse cenário delicado, a Igreja pode encorajar a gestante a considerar alternativas como a adoção, onde a vida do bebê é preservada e ele tem a chance de ser acolhido por uma família que possa cuidar dele. A ênfase é colocada na valorização da vida do bebê gerado.

É importante ressaltar que cada situação é única e complexa, e que a abordagem da Igreja busca conciliar o respeito pela vida do nascituro com o cuidado e apoio às mulheres que enfrentam dilemas éticos e emocionais diante de uma gravidez indesejada.

Perguntas norteadoras

1. Em que perspectiva pode-se atrelar a influência da estrutura de uma sociedade patriarcal com a necropolítica sobre a gestação, a maternidade e o aborto?
2. Em relação a criminalização do aborto, como a influência da igreja afeta a opinião pública e como ela é capaz de interferir em decisões políticas que influenciam na tomada de decisão de profissionais como juízes e médicos?
3. De que modo as políticas de aborto, influenciadas pela necropolítica, afetam as questões de gênero e justiça social e como elas podem ser consideradas uma forma de biopoder?
4. De acordo com o artigo da universidade e da visão do médico no livro "A morte da Medicina". Seria coerente afirmar que a mulher não deve ter direitos

sobre o corpo, conforme estaria previsto na nova PL sobre criminalização do aborto?

5. Como o caso da Deuseli e da Klara Castanho estão assemelhados, mesmo as duas sendo de classes socioeconômicas diferentes?

Referências Bibliográficas

BOHIER, Caroline Novaes; SILVEIRA, Luana da. **A necropolítica sobre gestação e maternidade:** o posicionamento ético-político do(a) Psicólogo(a) no Sistema Único de Saúde (SUS). Dignidade Re-Vista, v.6, n.10, jul 2020.

À Margem do Corpo (A disembodied woman). Disponível em:

 [À Margem do Corpo \(A disembodied woman\)](#)